

CADERNO DE QUESTÕES



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA

CONCURSO PÚBLICO EDITAL N. 002/2019

CARGO: **ADVOGADO**

INSTRUÇÕES

- 1- O **Caderno de Questões** contém 40 (quarenta) questões de múltipla escolha, sendo 10 questões de Língua Portuguesa, 5 questões de Raciocínio Lógico e 25 questões de Conhecimentos Específicos, cada questão com 5 (cinco) opções (A, B, C, D, E), e uma **Folha Intermediária de Respostas**.
- 2- Ao receber o material, confira no **Cartão de Respostas**, seu nome, número de inscrição, data de nascimento, RG e cargo. Qualquer irregularidade comunique imediatamente ao fiscal de sala. Não serão aceitas reclamações posteriores.
- 3- A prova objetiva terá **duração de 4 (quatro) horas**, incluído, neste tempo, o preenchimento do **Cartão de Respostas**.
- 4- Leia atentamente cada questão e assinale, no **Cartão de Respostas**, a opção que responde corretamente a cada uma delas. O **Cartão de Respostas** será o único documento válido para a correção eletrônica. O preenchimento do **Cartão de Respostas** e a respectiva assinatura serão de inteira responsabilidade do candidato. Não haverá substituição do **Cartão de Respostas** por erro do candidato.
- 5- Utilize a **Folha Intermediária de Respostas** para registrar as alternativas escolhidas. É proibido fazer qualquer outro tipo de anotação. Essa folha ficará em seu poder para conferência com o gabarito a ser publicado.
- 6- Observe as seguintes recomendações relativas ao **Cartão de Respostas**:
 - A maneira correta de marcação das respostas é cobrir, fortemente, com esferográfica de tinta azul ou preta, o espaço correspondente à letra a ser assinalada.
 - Outras formas de marcação diferentes implicarão a rejeição do **Cartão de Respostas**.
 - Será atribuída nota zero às questões não assinaladas ou com falta de nitidez, ou com marcação de mais de uma opção, bem como emendadas ou rasuradas.
- 7- O fiscal de sala não está autorizado a alterar qualquer destas instruções. Em caso de dúvida, solicite a presença do coordenador local.
- 8- Você poderá se retirar, definitivamente, da sala de realização da prova após transcorridos 60 (sessenta) minutos contados do seu efetivo início, **sem levar o Caderno de Questões e o Cartão de Respostas**.
- 9- É permitido fazer anotações, cálculos, riscos e afins no **Caderno de Questões**.
- 10- Após se identificar e se instalar na sala, você não poderá consultar qualquer material enquanto aguarda o horário de início da prova.
- 11- Os três últimos candidatos deverão permanecer na sala até que o último deles entregue o **Cartão de Respostas**.
- 11- Assine no local indicado no **Cartão de Respostas e no Caderno de Questões**.
- 12- Ao terminar a prova, é de sua responsabilidade entregar ao fiscal o **Cartão de Respostas e Caderno de Questões**.

Não se esqueça de pegar seus pertences acondicionados em sala.

Porto Belo, 01 de dezembro de 2019.

BOA PROVA

Realização:



Nº de Inscrição:

Nome do candidato:

QUESTÕES DE LÍNGUA PORTUGUESA

As questões 1 a 6 se referem ao texto a seguir:

No mês em que Porto Belo comemora 187 anos, pacientes com deficiência auditiva receberam, na última sexta-feira (04), novas próteses que lhes permitirão ouvir melhor. A aquisição foi realizada por meio do projeto Ouvir Mais, criado pelo Governo Municipal, através da Secretaria de Saúde, e o investimento inicial foi de R\$30 mil.

O Município podia adquirir anteriormente apenas um aparelho por mês, o que acabava deixando o paciente por mais tempo na fila de espera. A secretária de saúde Jainara Nordio explica que, em 2017, foi constatado pacientes na fila há mais de quatro anos, partindo daí a vontade de mudar esta realidade. "Desde que assumimos a gestão da Secretaria de Saúde e tivemos conhecimento da fila de espera para exames e aparelhos auditivos, tínhamos vontade de fazer algo a mais. A partir do trabalho de toda a equipe, surgiu o Projeto Ouvir Mais, que facilitou o processo e possibilitou a aquisição dos aparelhos auditivos" - explica a secretária.

Neste primeiro momento, foram entregues 30 aparelhos auditivos. Os pacientes são avaliados pelos médicos das Unidades de Saúde e, se constatada a necessidade de aparelhos, são encaminhados para as clínicas credenciadas para novos exames e aquisição do aparelho. [...]

Disponível em: <https://www.portobelo.sc.gov.br/noticias/index/ver/codNoticia/579582/codMapaltem/4326>

Acesso em: em 07/out/2019 [adaptado]

- 1- As vírgulas usadas no trecho “pacientes com deficiência auditiva receberam, na última sexta-feira (04), novas próteses que os permitirão ouvir melhor.” serviram para separar:
 - (A) um adjunto adverbial.
 - (B) uma explicação.
 - (C) o nome de um lugar que vem antes da data.
 - (D) palavras de mesma função sintática.
 - (E) um vocativo.
- 2- Assinale a alternativa que contém a classificação correta do sujeito da oração “Neste primeiro momento, foram entregues 30 aparelhos auditivos.”:
 - (A) sujeito composto
 - (B) oração sem sujeito
 - (C) sujeito simples
 - (D) sujeito oculto (desinencial)
 - (E) sujeito indeterminado
- 3- Analisando o excerto do texto: “...**se** constatada a necessidade de aparelhos...”, a palavra destacada pode ser substituída, sem alteração de sentido, por:
 - (A) À medida que
 - (B) Caso
 - (C) Mesmo que
 - (D) Enquanto
 - (E) Como
- 4- “Designa um fato passado, mas não concluído. Transmite uma ideia de continuidade e duração, podendo indicar, por exemplo, uma ação que se configurou como hábito”. Assinale a alternativa que contenha o tempo e o modo verbal a que se refere essa afirmativa e que contenha um exemplo correto dessa conjugação utilizada no texto:
 - (A) presente do indicativo – são
 - (B) pretérito perfeito do indicativo – foi
 - (C) futuro do presente do indicativo – permitirão
 - (D) pretérito mais-que-perfeito – foram
 - (E) pretérito imperfeito do indicativo – tínhamos
- 5- No trecho “**Desde que** assumimos a gestão da Secretaria de Saúde e tivemos conhecimento da fila de espera para exames e aparelhos auditivos, tínhamos vontade de fazer algo a mais.”, a expressão destacada expressa:
 - (A) concessão
 - (B) tempo
 - (C) conformidade
 - (D) consequência
 - (E) finalidade

- 6- Se passarmos a oração “Os pacientes são avaliados pelos médicos das Unidades de Saúde.” para a voz ativa, teremos:
- (A) Os médicos das Unidades de Saúde avaliam os pacientes.
 - (B) Os médicos das Unidades de Saúde avaliaram os pacientes.
 - (C) Os médicos das Unidades de Saúde avaliarão os pacientes.
 - (D) Os médicos das Unidades de Saúde são avaliados pelos pacientes.
 - (E) Os pacientes das Unidades de Saúde avaliam os médicos.

As questões 7 a 10 se referem ao texto a seguir:

Dezenas de pessoas participaram no último sábado (05) de mais uma edição da Pedalada Rosa, organizada pelo Governo Municipal através da Fundação de Esportes e Secretaria de Saúde, com o objetivo de mobilizar pessoas em relação ____ importância do diagnóstico precoce do câncer de mama e colo do útero.

Os participantes pedalarão da Praça da Bandeira, no Centro da cidade, até ____ rótula do bairro Perequê, passando também pelo bairro Vila Nova. Mulheres, homens e crianças participaram do evento, que se tornou tradição na cidade.

[...]

A Pedalada Rosa fez parte da programação dos 187 anos de Porto Belo, comemorado neste mês de outubro. A programação segue até o final do mês, e ainda conta com o corte do bolo e parabéns ____ Porto Belo, no dia 13 de outubro, ____ 15h.

Disponível em: <https://www.portobelo.sc.gov.br/noticias/index/ver/codMapaltem/4326/codNoticia/579494>
Acesso em: 07/out/2019.[adaptado]

- 7- Assinale a alternativa que completa correta e respectivamente as lacunas do texto quanto ao uso ou não da crase:
- (A) à – à – à – às
 - (B) a – à – à – as
 - (C) a – a – à – as
 - (D) à – a – a – às
 - (E) à – à – a – as
- 8- Sobre a colocação do pronome átono no trecho “...que **se** tornou tradição na cidade.”, podemos afirmar que a próclise está correta, pois o verbo está precedido de palavra que atrai o pronome para antes do verbo. Assinale a alternativa que identifica a classificação dessa palavra atrativa:
- (A) conjunção subordinativa
 - (B) pronome relativo
 - (C) pronome demonstrativo
 - (D) palavra de sentido negativo
 - (E) advérbio
- 9- Analise as afirmativas quanto à acentuação de algumas palavras retiradas do texto:
- I- “Último”, “sábado”, “diagnóstico”, “útero” e “rótula” são proparoxítonas sempre acentuadas.
 - II- “Através”, “Perequê”, “também” e “parabéns” são exemplos de oxítonas acentuadas por terminarem em E(S), EM(ENS).
 - III- “Mês” e “até” são exemplos de monossílabos tônicos acentuados por terminarem em E(S).
- Estão corretas:
- (A) Apenas as afirmativas I e II estão corretas.
 - (B) Apenas as afirmativas II e III estão corretas.
 - (C) Apenas as afirmativas I e III estão corretas.
 - (D) Apenas a afirmativa II está correta.
 - (E) Todas as afirmativas estão corretas.
- 10- No texto, “segue” está sendo usado no presente do indicativo. Assinale a alternativa em que o verbo SEGUIR esteja conjugado na terceira pessoa do singular do presente do subjuntivo:
- (A) segue
 - (B) sigas
 - (C) seguisse
 - (D) segues
 - (E) siga

QUESTÕES DE RACIOCÍNIO LÓGICO

- 11- Lucas afirmou que é ansioso ou nervoso. Se Lucas sempre mente, é correto afirmar que:
- (A) Lucas não é ansioso e não é nervoso.
 - (B) Lucas pode ser ansioso, e não ser nervoso.
 - (C) Lucas pode não ser ansioso, e ser nervoso.
 - (D) Lucas é sempre ansioso.
 - (E) Lucas é sempre nervoso.
- 12- O *Atlas da Mata Atlântica* indica que restam 16,2 milhões de hectares de florestas nativas, o que equivalente a 12,4% da área original do bioma da Mata Atlântica. Pode-se afirmar que a área original da Mata Atlântica correspondia a uma área, em milhões de hectares, de aproximadamente:
- (A) 200,9.
 - (B) 141,9.
 - (C) 184,9.
 - (D) 120,6.
 - (E) 130,6.
- 13- Em um concurso, a nota final do candidato é composta pela prova de títulos, prova escrita e prova didática. A prova de títulos tem peso 2, a prova escrita, peso 4 e a prova didática, peso 4. Ana obteve nota 6 na prova de títulos e nota 8 na prova escrita. Sabendo que a nota final deve ser pelo menos 7,0, para que ela seja classificada, pode-se afirmar que a nota mínima que ela deve obter na prova didática é:
- (A) 9,0.
 - (B) 6,5.
 - (C) 7,5.
 - (D) 6,0.
 - (E) 5,0.
- 14- Para uma rifa, foram usados bilhetes com os números de 201 até 500 (incluindo esses dois). João comprou todos os bilhetes cujos números são múltiplos de 5. Sendo sorteado um bilhete da rifa ao acaso, a probabilidade de ser um dos números que João comprou é, em %, de:
- (A) 25.
 - (B) 15.
 - (C) 10.
 - (D) 20.
 - (E) 5.
- 15- Um boleto no valor nominal de R\$ 784,50 tem um desconto de 10% se for pago até o dia do vencimento. Caso seja pago após o vencimento, há um acréscimo com juros na taxa de 0,20% por dia de atraso (juros simples), sobre o valor nominal. Pode-se afirmar que, ao se pagar o boleto com atraso de 10 dias, o valor pago foi maior que no caso de pagamento até o vencimento, em reais, de:
- (A) 164,70.
 - (B) 92,57.
 - (C) 88,35.
 - (D) 15,69.
 - (E) 94,14.

QUESTÕES DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

- 16- Sobre ética profissional no serviço público, assinale a alternativa correta:
- (A) Simpatias, antipatias, caprichos, paixões ou interesses de ordem pessoal não guardam relação nenhuma com a ética serviço público.
 - (B) Cabe ao profissional seguir tanto os padrões éticos da sociedade, quanto as normas e regimentos internos das organizações para ter a recompensa e ser reconhecido, não só pelo seu trabalho, mas também por sua conduta exemplar.
 - (C) O trabalho desenvolvido pelo servidor público não pode ser entendido como acréscimo ao seu próprio bem-estar.
 - (D) A falta injustificada do servidor de seu local de trabalho não representa prejuízo para o serviço público e não prejudica o bom andamento dos trabalhos.
 - (E) Os erros sucessivos e o desvio de material do local de trabalho não podem ser caracterizados como comportamento antético.

17- Assertividade corresponde a um comportamento que se aprende, permitindo-nos agir de acordo com nossos interesses, expressando nossos sentimentos de forma honesta e adequada, fazendo valer nossos direitos, sem negar o direito dos outros. A assertividade, entretanto, exige, de nossa parte, determinadas atitudes. Isso posto, assinale a alternativa que indica a denominação correta da capacidade de se colocar no lugar do outro:

- (A) Autoestima.
- (B) Determinação.
- (C) Adaptabilidade.
- (D) Autocontrole.
- (E) Empatia.

18- Analise a seguinte notícia, datada de 6 de julho de 2018: “O Ministro Dias Toffoli negou pedido de parlamentares que buscavam proibir a tramitação da reforma da previdência em razão da intervenção Federal decretada no Rio de Janeiro. Na decisão, Toffoli explicou que a CF veda a aprovação de emenda constitucional na vigência de intervenção, mas não proíbe expressamente a tramitação de PECs no mesmo período”. Disse o Ministro: *"Trata-se de limitação _____ ao poder constituinte derivado reformador, diante da anormalidade das citadas situações, que deve, portanto, se restringir ao alcance atribuído pelo próprio texto constitucional, não sendo dado ao intérprete lhe conferir maior extensão"*. (

Disponível em: <https://www.migalhas.com.br> - "PEC da previdência pode tramitar durante intervenção Federal"

Considerando o texto acima e as disposições da Constituição da República, assinale a alternativa que completa corretamente a frase do Ministro Dias Toffoli, com a restrição ao poder de reforma constitucional por ele referida:

- (A) procedimental
- (B) temporal
- (C) circunstancial
- (D) material implícita
- (E) material explícita

19- A Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, assinada em Nova York, em 30 de março de 2007, tem por propósito promover, proteger e assegurar o exercício pleno e equitativo de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais por todas as pessoas com deficiência e promover o respeito pela sua dignidade inerente. Essa Convenção Internacional estabeleceu os seguintes princípios gerais: a) O respeito pela dignidade inerente, a autonomia individual, inclusive a liberdade de fazer as próprias escolhas, e a independência das pessoas; b) A não discriminação; c) A plena e efetiva participação e inclusão na sociedade; d) O respeito pela diferença e pela aceitação das pessoas com deficiência como parte da diversidade humana e da humanidade; e) A igualdade de oportunidades; f) A acessibilidade; g) A igualdade entre o homem e a mulher; h) O respeito pelo desenvolvimento das capacidades das crianças com deficiência e pelo direito das crianças com deficiência de preservar sua identidade.

Sabendo que essa Convenção foi aprovada em cada Casa do Congresso Nacional em dois turnos de votação e por unanimidade, assinale a alternativa correta:

- (A) Essa Convenção Internacional ingressará no ordenamento jurídico brasileiro e será equivalente à emenda constitucional.
- (B) Essa Convenção Internacional ingressará no ordenamento jurídico brasileiro e será equivalente à lei ordinária.
- (C) Essa Convenção Internacional não ingressará no ordenamento jurídico brasileiro, porque não respeitou o procedimento legislativo do § 3º do art. 5º da Constituição da República.
- (D) Essa Convenção Internacional ingressará no ordenamento jurídico brasileiro e será equivalente à lei complementar, já que versa sobre direitos humanos.
- (E) Essa Convenção Internacional não ingressará no ordenamento jurídico brasileiro (porque não respeitou o procedimento legislativo do § 3º do art. 5º da Constituição da República), a menos que o Congresso Nacional lhe confira o status de medida provisória, hipótese que deverá ser ratificada pelo Presidente da República mediante Decreto.

20- Considere o seguinte excerto doutrinário: “Por exemplo, a lei 8.666/93 prevê que a Administração Pública pode alienar bem imóvel que tenha sido adquirido pelo Estado por meio de decisão judicial ou dação em pagamento, através de licitação na modalidade concorrência ou leilão. Cabe ao administrador, no caso concreto, analisar e se valer do instrumento mais oportuno à alienação do bem, sendo que, desde que opte por uma das duas modalidades autorizadas legalmente, sua conduta será válida.” (CARVALHO, Matheus. Manual de direito administrativo. 4. ed. rev. ampl. e atual. - Salvador: JusPODIVM, 2017, p. 123). A atuação administrativa, nesse caso, pode ser considerada:

- (A) Discricionária.
- (B) Vinculada.
- (C) Autoexecutiva.
- (D) De autotutela.
- (E) Imperativa.

21- Os Municípios, como integrantes do Estado Federal e na qualidade de entes federativos, possuem capacidade de autogoverno e de auto-organização, de forma que ostentam competências legislativas e administrativas próprias, a exemplo dessa situação retratada em acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça de Santa Catarina: "Os Municípios têm competência para, tratando do direito do consumidor, estabelecer infrações quanto às condutas havidas no âmbito local, inclusive em face de instituições financeiras. Fixado tempo máximo de espera por cliente, haverá apenas equiparação com outros estabelecimentos empresariais, que devem respeitar as prerrogativas dos usuários de seus serviços. Esse tipo de lei municipal não coloca em xeque a normatização do sistema financeiro nacional. Não trata de dinheiro, de movimentação de crédito, enfim, de nada que diga respeito a finanças. Cuida do respeito à pessoa, da preservação da dignidade (art. 1º, III, da CF). Compreensão reiterada do STF. Multa, ainda, que no caso concreto não evidencia excesso tendo em vista a magnitude econômica do apelante. [...]" (TJSC, Apelação Cível n. 0308702-89.2015.8.24.0033, de Itajaí, rel. Des. Hélio do Valle Pereira, Quinta Câmara de Direito Público, j. 08-03-2018).

Assim, assinale a alternativa correta em relação à competência legislativa dos Municípios, nos termos da Constituição da República:

- (A) Defensoria pública e assistência jurídica aos pobres.
 - (B) Responsabilidade objetiva por danos ambientais e a bens e direitos de valor estético, artístico, histórico, turístico e paisagístico.
 - (C) Organizar e prestar, exclusivamente sob os regimes de concessão ou permissão, os serviços públicos de interesse local, incluído o de transporte coletivo, que tem caráter essencial.
 - (D) Instituir e arrecadar os tributos de sua competência, bem como aplicar suas rendas, sem prejuízo de obrigatoriedade de prestar contas e publicar balancetes nos prazos fixados em lei.
 - (E) Florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção do meio ambiente e controle da poluição.
- 22-** O Supremo Tribunal Federal, na Sessão Plenária de 21/08/2008, aprovou o enunciado da Súmula Vinculante nº 13, que contém o seguinte texto: "A nomeação de cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, da autoridade nomeante ou de servidor da mesma pessoa jurídica investido em cargo de direção, chefia ou assessoramento, para o exercício de cargo em comissão ou de confiança ou, ainda, de função gratificada na administração pública direta e indireta em qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, compreendido o ajuste mediante designações recíprocas, viola a Constituição Federal".

Considerando os princípios constitucionais que fundamentaram a Súmula Vinculante nº 13 e também o procedimento previsto na Constituição da República para a tramitação e aprovação de Súmulas Vinculantes e os seus efeitos jurídicos, assinale a alternativa inteiramente correta:

- (A) A Súmula Vinculante nº 13 teve por fundamentos os princípios da impessoalidade, da moralidade e da eficiência. Se um ato administrativo ou decisão judicial contrariar a Súmula Vinculante, caberá reclamação ao Supremo Tribunal Federal.
 - (B) A Súmula Vinculante nº 13 se fundamentou nos princípios da impessoalidade e da publicidade. A Súmula Vinculante pode ter por objetivo a validade e a interpretação de normas determinadas, mas não a eficácia de tais normas, pois esta somente pode ser modificada pelo Poder Legislativo.
 - (C) A Súmula Vinculante nº 13 teve por fundamentos os princípios da moralidade e da eficácia. A partir da publicação da Súmula Vinculante na imprensa oficial, esta terá efeito vinculante em relação aos demais órgãos do Poder Judiciário e à administração pública direta, nas esferas federal e estadual, sendo que os municípios, por não possuírem autonomia, não se submetem ao seu enunciado.
 - (D) A Súmula Vinculante nº 13 se fundamentou nos princípios da publicidade e da autotutela. Se um ato administrativo ou decisão judicial contrariar a Súmula Vinculante, caberá reclamação ao Supremo Tribunal Federal.
 - (E) A Súmula Vinculante nº 13 teve por fundamentos os princípios da eficácia e da publicidade. Sem prejuízo do que vier a ser estabelecido em lei, a aprovação, revisão ou cancelamento de Súmula Vinculante poderá ser provocada por aqueles que podem propor a ação direta de inconstitucionalidade.
- 23-** Considere o seguinte enunciado: A Constituição da República permite que o tempo de contribuição ao Regime Geral da Previdência Social (RGPS), em atividade privada, rural e urbana, seja computado, por meio certidão de tempo de contribuição emitida pela Autarquia Previdenciária, no serviço público inserido no Regime Próprio da Previdência Social (RPPS), para fins de aposentadoria. Escolha a alternativa que contém o princípio de Direito Previdenciário que melhor se amolda ao enunciado:
- (A) Caráter não contributivo.
 - (B) Filiação facultativa.
 - (C) Vedação de reciprocidade entre regimes previdenciários.
 - (D) Reciprocidade entre regimes previdenciários.
 - (E) Solidariedade entre os regimes da Previdência Social.

24- Analise a seguinte situação hipotética: o Município catarinense de Poço Azedo estava em polvorosa. Isso porque o Prefeito Municipal, baseado em Lei municipal em vigor, determinou a expedição de edital para a contratação temporária e imediata de dezenas de professores para atuar nas escolas básicas municipais. Justificando seu ato, o Prefeito asseverou que o ensino é um serviço ordinário e permanente do Município e que deve estar sob o espectro das contingências normais da Administração Pública. Entretanto, diante da existência de Lei municipal autorizadora e do caráter predeterminado e temporário da contratação, em que pese a inocorrência de situação excepcional, resolveu ordenar essas contratações a bem do serviço público e em prol dos interesses das crianças do Município de Poço Azedo.

Considerando a narrativa e a disciplina dos Princípios da Administração Pública, julgue as seguintes assertivas:

- I- As contratações, desde que sejam por tempo determinado e baseadas em necessidade temporária, não violam os Princípios da Administração Pública.
- II- Há, no caso, a violação de princípios constitucionais da Administração Pública, pois as contratações não encontram amparo na Constituição.
- III- A situação hipotética contém um exemplo de inconstitucionalidade formal.
- IV- Caso a Lei municipal não preveja contratação por tempo determinado para suprir necessidade temporária de excepcional interesse público, é cabível, pelo Ministério Público Estadual e perante o Tribunal de Justiça de Santa Catarina, a propositura de Ação Direta de Inconstitucionalidade.

Assinale a alternativa correta:

- (A) Apenas as afirmativas I e IV estão corretas.
- (B) Apenas as afirmativas II e IV estão corretas.
- (C) Apenas as afirmativas I e II estão corretas.
- (D) Apenas as afirmativas II e III estão corretas.
- (E) Apenas as afirmativas III e IV estão corretas.

25- Analise a seguinte situação hipotética: Para a festa de aniversário do Município de Poço Azedo, a Administração Pública divulgou a realização de shows de duas bandas, intermediadas por pessoas jurídicas distintas. Para tanto, o Prefeito e o Secretário Municipal determinaram que a contratação deveria se dar mediante licitação da qual participaram as duas empresas que agenciavam as bandas. Posteriormente, em "Ação Civil de Responsabilidade por Ato de Improbidade Administrativa", proposta pelo Ministério Público Estadual, a prova produzida demonstrou que antes do certame as empresas que venceriam já estavam certas, tanto que acordaram o preço - o que contou com a efetiva participação das concorrentes e dos agentes públicos, gerando ainda prejuízos ao erário, pois o valor pago foi muito superior ao preço praticado em situações similares.

Considerando a situação acima e as disposições da Lei nº 8.429/1992 (que regulamenta a improbidade administrativa e as sanções aplicáveis), tem legitimidade passiva para figurar na referida demanda:

- (A) Apenas o Prefeito e o Secretário Municipal, diante da sua condição de agentes públicos.
- (B) Apenas o Prefeito e o Secretário Municipal, já que a improbidade administrativa apenas pode ser praticada contra a administração direta, indireta ou fundacional de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios, de Território, de empresa incorporada ao patrimônio público ou de entidade para cuja criação ou custeio o erário haja concorrido ou concorra com mais de 50% do patrimônio ou da receita anual.
- (C) O Prefeito, o Secretário Municipal e as pessoas jurídicas envolvidas no caso.
- (D) Apenas o Prefeito e o Secretário Municipal, que responderão tão somente na esfera civil.
- (E) O Prefeito, o Secretário Municipal e as pessoas jurídicas envolvidas no caso, desde que seja imputada e apurada conduta dolosa dos réus, pois a caracterização de atos de improbidade não admite modalidade culposa.

26- Analise a seguinte situação hipotética: Em certa ocasião, as enchentes que assolaram a região do Vale do Itajaí em Santa Catarina duraram vinte dias e dificultaram a circulação de produtos alimentícios e, conseqüentemente, reduziram o abastecimento nos mercados de mantimentos. Nessa época, uma padaria anunciou a venda de pão francês a R\$ 80,00 reais o quilograma, ou seja, mais de dez vezes o valor praticado em tempos de normalidade.

Considerando as disposições do Código Civil, o negócio jurídico que envolvesse a compra e venda de tais pães padeceria de:

- (A) Ignorância.
- (B) Fraude contra credores.
- (C) Coação.
- (D) Dolo.
- (E) Lesão.

27- Analise a seguinte situação hipotética: Na Comarca de Poço Azedo, em 5 de novembro de 2019, João Pedro propôs "Ação de Indenização por Ato Ilícito" pelo procedimento comum contra o Estado de Santa Catarina, narrando que, no dia 20 de março de 2016, por volta das 15h30min, trafegava com seu veículo, quando, nas proximidades do Shopping Poço Grande, um veículo da Polícia Militar do Estado de SC avançou o semáforo que sinalizava vermelho e atingiu a lateral de seu veículo, acarretando danos materiais de elevada monta. Afir-mou na petição inicial que o ocorrido se deu exclusivamente pela imprudência do condutor do veículo oficial e que lhe seriam devidos os valores do conserto de seu do seu automóvel, acrescidos de juros e correção mone-tária.

Considerando a situação acima e as disposições legais sobre a responsabilidade civil do Estado, assinale a alternativa correta:

- (A) A responsabilidade do Estado perante João Pedro é objetiva e os prazos para a apresentação da contesta-ção e de eventual apelação pelo réu devem ser computados em dobro. Caso o Estado reste vencido nessa demanda, seu direito de regresso contra o agente público condutor do veículo policial dependerá da de-monstração de dolo ou de culpa.
 - (B) A responsabilidade do Estado perante João Pedro é objetiva e os prazos para a apresentação da contesta-ção pelo réu devem ser computados em quádruplo. Caso o Estado reste vencido nessa demanda, seu direito de regresso contra o agente público condutor do veículo policial não dependerá da demonstração de dolo ou de culpa, já que a responsabilidade do agente é também objetiva.
 - (C) A responsabilidade do Estado perante João Pedro é subjetiva e os prazos para a apresentação da contes-tação e de eventual apelação pelo réu devem ser computados em dobro. Caso o Estado reste vencido nessa demanda, seu direito de regresso contra o agente público condutor do veículo policial somente pode ser exercido caso o Estado verifique, em procedimento administrativo prévio, que o agente possui patrimônio apto a suportar a dívida.
 - (D) A responsabilidade do Estado perante João Pedro é objetiva, mas o processo deve ser extinto com resolu-ção do mérito por força do reconhecimento da prescrição da pretensão à reparação civil.
 - (E) A responsabilidade do Estado perante João Pedro é objetiva e eventual arguição de prescrição deve ser rejeitada. Caso o Estado reste vencido nessa demanda, seu direito de regresso contra o agente público condutor do veículo policial não dependerá da demonstração de dolo ou de culpa, já que a responsabilidade do agente é também objetiva.
- 28-** Considerando os termos da Lei Ordinária Federal nº 13.846/2019, também denominada Lei da Responsabili-dade Previdenciária, os valores creditados pelo INSS indevidamente em razão de óbito, em favor de pessoa natural falecida:
- I- somente poderão ser restituídos ao INSS por meio de ação judicial a ser proposta contra o espólio do be-neficiário ou seus herdeiros, conforme o caso, em respeito ao devido processo legal e ao princípio do con-traditório.
 - II- deverão ser restituídos, sendo que a comprovação da morte do beneficiário somente poderá ser feita pelo INSS por meio da certidão de óbito original ou de cópia autenticada desta, em cartório ou administrativa-mente, inclusive por meio eletrônico.
 - III- deverão ser restituídos pela instituição financeira, a requerimento do ente público, até o quadragésimo quinto dia após o recebimento do requerimento da Autarquia Previdenciária.
 - IV- deverão ser restituídos, sendo que a instituição financeira bloqueará, imediatamente, os valores disponíveis após o recebimento do requerimento de restituição por parte do ente público.

Assinale a alternativa correta:

- (A) Apenas as afirmativas I e IV estão corretas.
 - (B) Apenas as afirmativas I e II estão corretas.
 - (C) Apenas as afirmativas II e III estão corretas.
 - (D) Apenas as afirmativas III e IV estão corretas.
 - (E) Apenas as afirmativas II e IV estão corretas.
- 29-** Uma companhia seguradora pretende ingressar, na qualidade de terceira, em ação movida pela vítima de aci-dente de trânsito contra um segurado, a fim de auxiliar esse a ser vitorioso na demanda. Nesse caso, conside-rando as disposições do Código de Processo Civil, a intervenção de terceiros cabível é:
- (A) Assistência litisconsorcial.
 - (B) Denúnciação da lide.
 - (C) Assistência simples.
 - (D) Chamamento ao processo.
 - (E) Oposição.

30- Analise a seguinte situação hipotética: A aposentada Joana das Dores, residente no município de Poço Azedo, está incomodada com uma situação: ela percebeu que, quando vai ao mercado fazer compras de mantimentos para a sua casa, tem adquirido cada vez menos produtos. Tal situação a obriga a pedir ajuda a parentes para a sua manutenção. Joana está ainda mais incomodada porque leu na internet que um dos princípios que regem o Direito Previdenciário é o que determina que os benefícios recebidos de órgãos previdenciários devem ser reajustados para lhes preservar, em caráter permanente, o valor real, conforme critérios definidos em lei.

Considerando a situação acima, assinale a alternativa que contém o princípio de Direito Previdenciário lido pela aposentada:

- (A) Garantia do benefício mínimo.
- (B) Preservação do valor real dos benefícios.
- (C) Universalidade da cobertura e do atendimento.
- (D) Equilíbrio financeiro atuarial.
- (E) Correção monetária dos salários de contribuição.

31- A Lei Ordinária Federal nº 13.846/2019, também denominada Lei da Responsabilidade Previdenciária, instituiu o Programa Especial para Análise de Benefícios com Índícios de Irregularidade, que tem por objetivo analisar processos administrativos que apresentem indícios de irregularidade e potencial risco de realização de gastos indevidos na concessão de benefícios administrados pelo INSS. Assim, além desse potencial risco de gastos indevidos, são hipóteses nas quais há indícios de irregularidade, entre outras, as seguintes:

- (A) potencial acúmulo devido de benefícios indicado pelo Tribunal de Contas da União ou pela Controladoria-Geral da União.
- (B) benefício de prestação continuada identificados em auditorias do Tribunal de Contas da União e da Controladoria-Geral da União, ainda que sem indícios de irregularidade.
- (C) processos identificados como irregulares pelo INSS, devidamente motivados, e os benefícios pagos em valores superiores ao teto previdenciário adotado pelo Regime Geral de Previdência Social.
- (D) processos identificados como irregulares pelo INSS, independentemente de motivação.
- (E) qualquer processo ainda que inexistia suspeita de óbito do beneficiário.

32- Julgue as seguintes assertivas:

Nos termos da Lei Municipal de Porto Belo n.º 2.480/2017, serão descontados dos benefícios pagos aos segurados e aos dependentes:

- I- O valor devido pelo beneficiário ao Município.
- II- Parcelas de empréstimos consignados ainda que sem autorização expressa dos beneficiários.
- III- A pensão de alimentos prevista em decisão judicial.
- IV- As contribuições associativas ou sindicais ainda que não expressamente autorizadas pelos beneficiários.

Assinale a alternativa correta:

- (A) Apenas as afirmativas I e IV estão corretas.
- (B) Apenas as afirmativas I e II estão corretas.
- (C) Apenas as afirmativas II e III estão corretas.
- (D) Apenas as afirmativas III e IV estão corretas.
- (E) Apenas as assertivas I e III estão corretas.

33- Analise o seguinte excerto doutrinário: “Bens públicos ou do Estado – São os que pertencem a uma entidade de direito público interno, como no caso da União, Estados, Distrito Federal, Municípios, entre outros (art. 98 do CC). Na IV Jornada de Direito Civil, concluiu-se que o rol constante do art. 98 do CC é meramente exemplificativo (*numerus apertus*) e não taxativo (*numerus clausus*). Nesse sentido, prevê o Enunciado n. 287 do CJF/STJ que “O critério da classificação de bens indicado no art. 98 do Código Civil não exaure a enumeração dos bens públicos, podendo ainda ser classificado como tal o bem pertencente à pessoa jurídica de direito privado que esteja afetado à prestação de serviços públicos””. (TARTUCE, Flávio. Direito civil, v. 1: lei de introdução e parte geral.15. Rio de Janeiro: Forense, 2018. E-book).

Leve em conta a classificação dos bens públicos adotada pelo Código Civil e assinale a alternativa correta:

- (A) Não há hipótese legal alguma de alienação de bens públicos.
- (B) Os edifícios nos quais funcionam serviços públicos municipais são exemplos de bens de uso comum do povo.
- (C) Os bens de uso especial, tais como praças e estradas, podem servir ao estabelecimento de serviço público municipal.
- (D) O uso comum dos bens públicos será sempre retribuído, ou seja, o uso de tais bens nunca será gratuito.
- (E) A alienação de bens públicos dominicais, que constituem o patrimônio das pessoas jurídicas de direito público, é juridicamente possível, desde que observadas as exigências legais cabíveis.

34- Analise a seguinte situação hipotética: Cláudia é servidora pública estadual e exerce o cargo de Assistente Social no Estado de Santa Catarina desde 17 de dezembro de 2003, quando tomou posse. Cláudia procurou orientação jurídica sobre a sua futura aposentadoria voluntária, pois pretende se aposentar com proventos integrais que correspondam à totalidade da sua remuneração como servidora no cargo efetivo em que se der a aposentadoria. Cláudia afirmou também que não pretende optar pelas regras constitucionais atualmente em vigor.

Assinale a alternativa que contém todas as condições necessárias para que Cláudia se aposente da forma pretendida:

- (A) Mínimo de cinquenta anos de idade e vinte e cinco anos de contribuição, vinte anos de efetivo exercício no serviço público e dez anos de carreira e cinco anos de efetivo exercício no cargo em que se der a aposentadoria.
 - (B) Mínimo de sessenta anos de idade e trinta anos de contribuição, vinte anos de efetivo exercício no serviço público e dez anos de carreira e cinco anos de efetivo exercício no cargo em que se der a aposentadoria.
 - (C) Mínimo de trinta anos de contribuição independentemente da sua idade, vinte anos de efetivo exercício no serviço público e dez anos de carreira e cinco anos de efetivo exercício no cargo em que se der a aposentadoria.
 - (D) Mínimo de cinquenta e cinco anos de idade e trinta anos de contribuição, vinte anos de efetivo exercício no serviço público e dez anos de carreira e cinco anos de efetivo exercício no cargo em que se der a aposentadoria.
 - (E) Mínimo de vinte e cinco anos de contribuição independentemente da sua idade, vinte anos de efetivo exercício no serviço público e dez anos de carreira e cinco anos de efetivo exercício no cargo em que se der a aposentadoria.
- 35-** Considere a seguinte narrativa hipotética: Pedrinho sempre foi um garoto saudável em todos os sentidos. Entretanto, após passar mal durante as aulas do ensino médio, pouco depois de completar dezesseis anos, foi diagnosticado com uma doença mental que não permitirá, permanentemente, que ele exprima sua vontade.

Considerando a disciplina da capacidade e da personalidade jurídica do Código Civil, Pedrinho é:

- (A) Incapaz absolutamente de exercer os atos da vida civil, mesmo após o seu aniversário de dezoito anos.
 - (B) Incapaz absolutamente de praticar os atos da vida civil, mas essa incapacidade cessará após o seu aniversário de dezoito anos.
 - (C) Relativamente incapaz à prática de certos atos ou à maneira de os exercer, sendo que tal incapacidade relativa persistirá mesmo depois de completar dezoito anos.
 - (D) Plenamente capaz de exercer, de modo pessoal, os atos da vida civil.
 - (E) Relativamente incapaz à prática de certos atos ou à maneira de os exercer, sendo que tal incapacidade relativa cessará após o seu aniversário de dezoito anos.
- 36-** Considere a seguinte narrativa hipotética: João propôs ação de cobrança contra Damasceno, seguindo o procedimento comum. Em sua contestação, o réu alegou ser parte ilegítima, e indicou Pedro como o sujeito passivo da relação jurídica discutida na petição inicial. O autor, manifestando-se sobre a defesa, concordou com a substituição do polo passivo da demanda arguida por Damasceno. O Juiz, analisando o processo, de imediato extinguiu o feito sem resolução do mérito, acolhendo a arguição de ilegitimidade passiva formulada por Damasceno. O autor, inconformado, apresentou recurso de apelação contra a sentença.

Assinale a alternativa integralmente correta, levando em consideração essa narrativa hipotética e também as disposições do Código de Processo Civil:

- (A) O Juiz se equivocou, pois deveria ter substituído o réu Damasceno por Pedro. Diante da interposição da apelação, o juiz poderá se retratar no prazo de cinco dias e determinar o prosseguimento do feito.
- (B) O Juiz agiu corretamente, pois a ilegitimidade passiva não comporta correção em hipótese alguma e, diante da interposição de apelação, não poderá se retratar, porque a única hipótese de juízo de retratação na apelação é no caso de indeferimento da inicial.
- (C) O Juiz se equivocou, pois deveria ter incluído Pedro no polo passivo, formando litisconsórcio com o réu Damasceno. A única hipótese de juízo de retratação na apelação é no caso de indeferimento da inicial, o que não se trata da hipótese.
- (D) O Juiz agiu corretamente em relação à extinção do processo, mas caso a apelação de João seja intempestiva, deverá, em juízo de admissibilidade negativo, deixar de recebê-la.
- (E) O Juiz se equivocou, pois deveria ter incluído Pedro no polo passivo, formando litisconsórcio com o réu Damasceno. Diante da interposição da apelação, o Juiz poderá se retratar no prazo de quinze dias e determinar o prosseguimento do feito.

37- Analise a seguinte narrativa hipotética: O Estado de Santa Catarina propôs, no ano 2.000, execução fiscal para obter o pagamento de R\$ 12.500,00, à época, contra Damasceno, residente em Poço Azedo, que foi citado em 12 de maio daquele ano. Em seguida, o Estado pediu a penhora de bens do executado, mas, sem descobrir a existência de qualquer bem penhorável, pediu a suspensão e o "arquivamento administrativo" do processo em julho de 2.000, o que foi deferido pelo Juiz condutor do feito. Em dezembro de 2015, o Estado peticionou pedindo o prosseguimento do feito, com novas tentativas de penhora.

Considerando a situação exposta, bem como as regras processuais previstas na legislação pertinente, assinale a alternativa correta:

- (A) O Juiz deverá dar andamento ao feito, deferindo o requerimento de penhora diante da superioridade do interesse público sobre o particular.
 - (B) O Juiz somente poderá reconhecer a prescrição intercorrente e extinguir a execução fiscal depois de ouvida a Fazenda Pública e mediante requerimento expresso do executado, o que poderá se dar por exceção de pré-executividade.
 - (C) O Juiz, depois de ouvida a Fazenda Pública, poderá, de ofício, reconhecer a prescrição intercorrente e extinguir a execução fiscal, sendo que dessa decisão caberá recurso de agravo de instrumento.
 - (D) A arguição de prescrição somente pode ser feita mediante Embargos à Execução, depois de garantido o juízo por penhora, depósito ou caução.
 - (E) O Juiz, depois de ouvida a Fazenda Pública, poderá, de ofício, reconhecer a prescrição intercorrente e extinguir a execução fiscal.
- 38-** Analise a seguinte situação hipotética: Inconformada com a derrota em julgamento colegiado proferido pelo Tribunal de Justiça de Santa Catarina, a Advogada interpôs Recurso Extraordinário contra o acórdão respectivo. Ocorre que a Vice-Presidência competente do referido Tribunal negou seguimento ao recurso sob o fundamento de que o acórdão recorrido estava em consonância com precedente proferido pelo Supremo Tribunal Federal, julgado sob o rito dos recursos extraordinários repetitivos. Nessa hipótese, caso a Advogada deseje recorrer contra a decisão da Vice-Presidência, qual é o recurso cabível?
- (A) Agravo de Instrumento ao STF.
 - (B) Agravo Interno.
 - (C) Agravo em Recurso Extraordinário ao STF.
 - (D) Agravo em Recurso Extraordinário à Vice-Presidência do Tribunal de origem.
 - (E) Nenhum. A decisão da Vice-Presidência, nesse caso, é irrecorrível.
- 39-** O caput do art. 327 do Código Penal estabelece que "considera-se funcionário público, para os efeitos penais, quem, embora transitoriamente ou sem remuneração, exerce cargo, emprego ou função pública". Levando em conta esse dispositivo legal, é considerado funcionário público para fins penais:
- (A) O administrador judicial de massa falida.
 - (B) O administrador de hospitais privados credenciados pelo Governo.
 - (C) O tutor.
 - (D) O administrador de hospital que presta atendimento a segurados da Previdência Social.
 - (E) O inventariante.
- 40-** Considere o crime que possui a seguinte tipificação legal: "Apropriar-se o funcionário público de dinheiro, valor ou qualquer outro bem móvel, público ou particular, de que tem a posse em razão do cargo, ou desviá-lo, em proveito próprio ou alheio". Assinale a alternativa que contém o tipo penal correto:
- (A) Concussão.
 - (B) Peculato.
 - (C) Excesso de exação.
 - (D) Apropriação indébita.
 - (E) Furto qualificado pelo cargo do agente.

Rascunho



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO
ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA**

**CONCURSO PÚBLICO
EDITAL N. 002/2019**

FOLHA INTERMEDIÁRIA DE RESPOSTAS

Questões	RESPOSTAS				
01	A	B	C	D	E
02	A	B	C	D	E
03	A	B	C	D	E
04	A	B	C	D	E
05	A	B	C	D	E
06	A	B	C	D	E
07	A	B	C	D	E
08	A	B	C	D	E
09	A	B	C	D	E
10	A	B	C	D	E
11	A	B	C	D	E
12	A	B	C	D	E
13	A	B	C	D	E
14	A	B	C	D	E
15	A	B	C	D	E
16	A	B	C	D	E
17	A	B	C	D	E
18	A	B	C	D	E
19	A	B	C	D	E
20	A	B	C	D	E

Questões	RESPOSTAS				
21	A	B	C	D	E
22	A	B	C	D	E
23	A	B	C	D	E
24	A	B	C	D	E
25	A	B	C	D	E
26	A	B	C	D	E
27	A	B	C	D	E
28	A	B	C	D	E
29	A	B	C	D	E
30	A	B	C	D	E
31	A	B	C	D	E
32	A	B	C	D	E
33	A	B	C	D	E
34	A	B	C	D	E
35	A	B	C	D	E
36	A	B	C	D	E
37	A	B	C	D	E
38	A	B	C	D	E
39	A	B	C	D	E
40	A	B	C	D	E

INFORMAÇÕES

O inteiro teor da prova e o gabarito da prova objetiva serão divulgados até às 20h do dia **02 de dezembro de 2019**, no endereço eletrônico <http://concursos.furb.br/>, link Prefeitura de Porto Belo – Concurso Público - Edital 002/2019.

Porto Belo, 01 de dezembro de 2019.